



Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais

PARECER JURÍDICO Nº 171/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 27.145/2025

REQUERENTE: MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO

REFERÊNCIA: AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 001525/2024

Trata-se de recurso apresentado pelo MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO, em 04 de dezembro de 2025, após a notificação da decisão administrativa proferida em 25 de novembro de 2025. A insurgência decorre do indeferimento da defesa administrativa apresentada pelo recorrente contra o Auto de Infração nº: 001586/2024, mantendo a multa aplicada.

Este é o relatório, passo à análise.

O presente recurso encontra previsão legal no art. 43 e seguintes do Decreto Municipal nº 3.372/2017, a saber:

*Art. 43. Da decisão a que se refere o art. 41 **cabe recurso, no prazo de trinta dias, contados da notificação** a que se refere o art. 42, independentemente de depósito ou caução, dirigido ao CODEMA.*

*Parágrafo Único - Da decisão contra penalidade imposta nos termos do art. 64 **cabe recurso** dirigido ao CODEMA.*

Art. 44. No recurso, é facultada ao requerente, no prazo a que se refere o art. 43, a juntada de novos documentos que julgar convenientes.

Art. 45. Na sessão de julgamento do recurso o requerente poderá apresentar alegações orais, sendo vedada a juntada ou apresentação de novos documentos.

Art. 46. A decisão proferida nos termos do art. 45 é irrecorrível.

Art. 47. A defesa ou a interposição de recurso contra a penalidade imposta por infração às normas ambientais não terão efeito suspensivo, salvo mediante assinatura e cumprimento no prazo fixado pelos órgãos, do termo de compromisso firmado pelo infrator com a SEMMA e entidades vinculadas.

§1º O Termo de Compromisso a que se refere o caput deverá ser requerido no prazo de apresentação da defesa ou do recurso.

§2º No caso de autuação por ausência de Licença Ambiental ou de AAF não se aplica o disposto no caput.

Em observância ao *mandamus* legal, cabe a esta secretaria tão somente a análise de admissibilidade do recurso no que diz respeito à tempestividade, observado o prazo de 30 (trinta) dias disposto no *caput* do referido art. 43.



Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais

Nesse sentido, considerando que o recorrente foi *intimado da decisão em 26/11/2025*, por meio da *Comunicação Interna nº 154/2025*, e que o recurso foi protocolado presencialmente na SEMMA em *04/12/2025*, *verifica-se que o presente recurso é tempestivo. Assim, deve ser incluído na pauta da próxima reunião ordinária do CODEMA para julgamento em plenário, uma vez que se trata de ato administrativo vinculado.*

Salienta-se que a Lei Municipal nº 3.596/2.002, relativa ao funcionamento e estruturação do CODEMA, em seu art. 37, § 2º, determina que a Prefeitura Municipal de Patrocínio propiciará os meios necessários ao funcionamento do CODEMA, motivo pelo qual encontra-se anexo a este parecer relatório acerca da questão debatida para apreciação do conselho.

Patrocínio, MG, 08 de dezembro de 2025.

Adriano Gonçalves Ribeiro
Supervisor de setor
Mat. 81.428



Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais

ANEXO 01 – RELATÓRIO DO PROCESSO

ORIGEM:	Auto de infração nº: 001525/2024
MOTIVO:	<p>Constatação de poluição ambiental decorrente do lançamento <i>in natura</i> de resíduos sólidos diretamente sobre o solo permeável, a céu aberto e sem tratamento prévio.</p> <p>A fiscalização foi motivada pela Denúncia nº 033/2024 e pelo registro no Disque Denúncia (DDD) nº 3130324. As irregularidades foram verificadas por meio do Boletim de Ocorrência nº 2024-016247717-001 e confirmadas pelo Laudo de Fiscalização nº 035/2024.</p>
FUNDAMENTO JURÍDICO:	<p>- Código nº 122 do Decreto Municipal nº 3.372/2017, que assim dispõe: <i>“Causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em danos às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural, ou que prejudique a saúde, a segurança, e o bem estar da população.”</i></p>
VALOR:	R\$27.977,60 (vinte e sete mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos).
DECISÃO ADMINISTRATIVA:	<p>“(…)Trata-se de análise da Defesa Administrativa apresentada pelo MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO, em face do Auto de Infração nº 001525/2024, lavrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), em razão da constatação de poluição ambiental decorrente do lançamento <i>in natura</i> de resíduos sólidos diretamente sobre o solo permeável, a céu aberto e sem tratamento prévio,</p>



Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais

conforme registrado no Boletim de Ocorrência nº 2024-016247717-001 e no Laudo de Fiscalização nº 035/2024.

A infração foi tipificada no Código nº 122 do Decreto Municipal nº 3.372/2017, resultando na aplicação de multa no valor de **R\$ 27.977,60** (vinte e sete mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos). O autuado foi notificado em 22/05/2024 e apresentou defesa tempestiva em 10/06/2024, a qual foi devidamente analisada.

O **Parecer Jurídico nº 153/2025** concluiu pelo **indeferimento** da defesa e manutenção integral da penalidade.

Após análise detida dos autos, e considerando os fundamentos constantes do parecer jurídico supramencionado, que adoto como razões de decidir, verifico que:

1. Inaplicabilidade do princípio da insignificância: A jurisprudência consolidada do STJ afasta a incidência do princípio da insignificância em matéria ambiental, dada a natureza difusa do bem tutelado e a necessidade de proteção preventiva, nos termos do art. 225 da Constituição Federal.
2. Impossibilidade de substituição da multa por advertência: O Decreto Municipal nº 3.372/2017 não autoriza tal substituição para a infração prevista no Código nº 122, por se tratar de conduta de elevado potencial lesivo.
3. Alegação de responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente: Não procede, uma vez que o dever de promover o licenciamento ambiental é do próprio empreendedor, conforme Constituição Federal, LC 140/2011 e Resolução CONAMA 237/1997. A Administração Pública, quando empreendedora, se submete às mesmas responsabilidades dos particulares.
4. Circunstâncias atenuantes (art. 68 do Decreto nº 3.372/2017): Nenhuma das hipóteses legais de atenuação foi comprovada. A



Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais

	<p>conduta não foi espontaneamente comunicada, não cessou voluntariamente e apresenta elevado potencial de dano ambiental.</p> <p>5. Regularidade formal do Auto de Infração: O auto preenche todos os requisitos legais, inexistindo vício formal ou material capaz de ensejar nulidade.</p> <p>6. Pedidos subsidiários (redução, valor mínimo, desconto e parcelamento): A multa foi aplicada dentro dos parâmetros legais. Desconto ou redução não são cabíveis. Quanto ao parcelamento, o autuado poderá solicitá-lo diretamente à SEMMA, nos termos do art. 51 do Decreto nº 3.372/2017.</p> <p>Assim, não há argumentos capazes de afastar a infração nem de modificar a penalidade aplicada.</p> <p>DECISÃO</p> <p>Diante do exposto, com fundamento no Parecer Jurídico nº 153/2025, DECIDO:</p> <p>I – INDEFERIR a Defesa Administrativa apresentada pelo MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO;</p> <p>II – Manter na íntegra o Auto de Infração nº 001525/2024 e a multa aplicada no valor de R\$ 27.977,60 (vinte e sete mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos);</p> <p>III - CIENTIFICAR o autuado de que o débito poderá ser objeto de parcelamento mediante requerimento formal à SEMMA, conforme art. 51 do Decreto Municipal nº 3.372/2017;”</p>
RAZÃO RECURSAL:	<p>O Recorrente alega, em síntese, que o processo foi decidido em afronta ao rito legal previsto na Lei nº 14.184/2002, especialmente no que se refere aos arts. 23 a 28, 30, 32 e 36, impondo-se o reconhecimento da nulidade da decisão por cerceamento de defesa.</p> <p>Afirma haver ausência de instrução mínima, pois o processo foi concluído sem a realização de diligências, perícia, produção de</p>



Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais

	<p>provas, oportunidade de manifestação final, atos instrutórios de ofício e intimações obrigatórias.</p> <p>Ressalta que a decisão é inválida por ter sido proferida sem observância do procedimento legalmente exigido, motivo pelo qual o processo deve retornar à fase de instrução, com a abertura de prazo para manifestação do interessado, nos termos do art. 36 da Lei nº 14.184/2002.</p> <p>Suscita, ainda, a inaplicabilidade de multa pecuniária ao erário municipal; a necessidade de aplicação das atenuantes previstas no art. 68, I, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “g”, e no art. 69 do Decreto nº 3.372/2017; bem como a possibilidade de conversão da multa em medida compensatória ambiental, mediante celebração de Termo de Compromisso a ser aprovado pelo CODEMA, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.</p> <p>Requer, também, a suspensão da exigibilidade da penalidade até a decisão final do presente recurso e, caso a multa seja mantida, pleiteia, subsidiariamente, o seu parcelamento.</p>
--	--